

APRESENTAÇÃO

Alessandra David¹
Vânia de Fátima Martino²

O Dossiê “*Sujeitos históricos: desafios para a construção da consciência histórica e perspectivas para a práxis da educação popular*” tem como objetivo reunir reflexões e experiências que problematizam a relação entre teoria e prática do ensino de História na educação básica pública. Os artigos são fruto do I e II Encontro de Ensino de História, organizados pela parceria entre a Unesp/Assis e Unesp/Franca em 2024 e 2025, bem como, das experiências extensionistas e de pesquisas coordenadas pelo Laboratório de Ensino de História da Unesp/Franca. A centralidade desta obra reside na formação da consciência histórica dos sujeitos, compreendidos como atores sociais capazes de produzir e transformar suas realidades em meio às disputas narrativas que atravessam o tempo e o espaço escolar. Buscamos promover um diálogo entre a universidade e a escola, valorizando a participação democrática e os saberes populares da comunidade.

A ordem proposta para os textos do dossiê estabelece uma trajetória narrativa que transita dos fundamentos teóricos da didática da História enquanto práxis para a análise crítica das políticas públicas e a concretude das experiências extensionistas. A sequência inicia-se com a base epistemológica sobre a consciência histórica, fornecendo as ferramentas para compreender o ensino como uma atividade voltada à orientação temporal dos sujeitos. Em seguida, o dossiê percorre as etapas de formação e os espaços educativos, abordando desde a infância e o papel do pedagogo como primeiro mediador da atitude historiadora até as experiências de educação popular e conscientização política. Este percurso fundamenta o terceiro bloco, dedicado às disputas contemporâneas, onde se problematizam as representações da juventude na BNCC, a inserção da história negra no currículo paulista e os desafios da plataformização do ensino, que

¹ Doutorado em Educação pela FCLAr/UNESP. Docente da FCHS/UNESP.

² Doutorado em Serviço Social pela FCHS/UNESP. Docente da FCHS/UNESP.

tensionam a autonomia docente. Por fim, o dossiê encerra-se com o relato das práticas nos Laboratórios de Ensino de História e na Extensão Curricularizada da Unesp Assis e Franca, reafirmando o compromisso democrático da universidade com a escola pública e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para a transformação social.

O primeiro eixo do dossiê estabelece os fundamentos epistemológicos da área. No artigo *"Didática da história e práxis: demandas da aprendizagem histórica aquém da decolonialidade"*, Thiago Augusto Divardim de Oliveira propõe uma leitura materialista do paradigma narrativista de Jörn Rüsen. O autor argumenta que a consciência histórica possui um caráter social e prático, sendo fruto da necessidade humana de orientação temporal para a vida. Oliveira alerta para a conjuntura atual de retrocesso, na qual a História perde espaço nas escolas devido à BNCC e à reforma do Ensino Médio, o que coloca o ensino da disciplina em um patamar "aquém" das possibilidades formativas da crítica decolonial. A Didática da História é apresentada aqui como uma práxis, uma atividade criadora que deve manter o futuro como um horizonte aberto de possibilidades.

Dando continuidade à reflexão sobre as etapas formativas, Genaro Alvarenga Fonseca e Santiago Castigo e Monteiro assinam *"A história começa na infância: o pedagogo como mediador do direito aos saberes históricos"*. Os autores sustentam que o acesso ao conhecimento histórico é um direito público subjetivo enraizado na dignidade humana e essencial para o exercício da cidadania. O artigo destaca o papel vital do pedagogo generalista como mediador da atitude historiadora nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A formação sólida nesta etapa é defendida como o alicerce necessário para evitar rupturas no processo de aprendizagem durante a transição para os anos finais, quando o aluno passa a lidar com a complexidade metodológica da ciência histórica sob a orientação de um especialista.

Expandindo o olhar para espaços educativos não escolares, Mairon Escorsi Valério analisa, em *"Conscientização histórica, cidadania política e educação dos afetos"*, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) entre 1970 e 1980. O texto investiga como a Igreja Católica, influenciada pela teologia da libertação, difundiu uma memória histórica subalterna e anticolonial voltada à transformação social. Valério destaca a "educação dos afetos", na qual o ensino de

História mobilizava sentimentos como a compaixão, a indignação e a esperança para impulsionar a ação coletiva e a resistência contra as opressões da ditadura militar e do imperialismo.

As tensões contemporâneas sobre o sujeito juvenil são abordadas no artigo *"A juventude em disputa: representações históricas, protagonismo juvenil e BNCC"*. O estudo problematiza como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) interpela o jovem não como um ator político coletivo, mas como um "empreendedor de si" responsável pela gestão individual de sua precariedade através do "Projeto de Vida". O texto denuncia que esse protagonismo meritocrático mascara as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe que limitam as escolhas reais dos jovens da escola pública. Em contraponto, resgata-se a perspectiva freireana, na qual a autonomia é um amadurecimento ético e político, e não apenas uma adaptação funcional ao mercado de trabalho.

A análise crítica das políticas curriculares ganha materialidade no artigo que investiga *"A inserção do negro nas aulas de história do 1º bimestre do 9º ano do Ensino Fundamental II"*. Através da análise dos materiais didáticos em formato de *slides* do Currículo Paulista, os autores revelam a baixa qualidade e a superficialidade do tratamento da história afro-brasileira. O texto aponta que, apesar da obrigatoriedade legal estabelecida pelas leis 10.639/03 e 11.645/08, o povo negro continua sendo apresentado de forma apartada da História do Brasil, frequentemente restrito a estereótipos ou temas folclóricos. O estudo critica a "plataformização" do ensino, que substitui a autonomia docente por roteiros mecanizados e desconectados da historiografia acadêmica.

Aprofundando a crítica à tecnocracia, Felipe Dias de Oliveira Silva discute em seu artigo a "mística da prescrição" e a plataforma da educação. O autor analisa como a BNCC, as plataformas digitais e as novas diretrizes de formação docente formam um movimento de padronização que busca tornar a aula de História um objeto plenamente administrável e monitorável por dados. O texto descreve cenários onde o trabalho docente é reduzido à execução de códigos (habilidades) e ao cumprimento de metas em *dashboards* algorítmicos (como o Power BI), esvaziando a dimensão intelectual e criadora da docência. Contra esse controle, o autor reafirma

que a aula é uma produção coletiva e um espaço de resistência que permanece refratário à administração total.

O penúltimo bloco deste dossiê apresenta o impacto positivo da extensão universitária na formação docente. Thiago Granja Belieiro e Eduardo Romero de Oliveira relatam, em *"Cultura Histórica e História Pública na Curricularização da Extensão Universitária"*, um projeto desenvolvido na Unesp/Assis. O texto demonstra como atividades de mediação histórica em museus e equipamentos culturais permitem que os graduandos atuem como professores-pesquisadores. Através das dimensões estética, política e cognitiva da cultura histórica, os estudantes desenvolvem a capacidade de intervir cientificamente nos usos públicos do passado, combatendo negacionismos e promovendo uma consciência histórica inclusiva entre alunos da educação básica.

Finalmente, Alessandra David e Vânia de Fátima Martino apresentam a criação do *Laboratório de Ensino de História "Anísio Teixeira"* na Unesp/Franca. O laboratório é descrito como um espaço fundamental de integração entre ensino, pesquisa e extensão, superando a dicotomia histórica entre o bacharelado e a licenciatura. O artigo detalha projetos inovadores, como a produção de podcasts sobre a história das escolas parceiras, a criação de verbetes para facilitar o letramento científico de jovens e estudos sobre arqueologia histórica local. O laboratório reafirma-se como um elo vital que fortalece a formação dos licenciandos e oferece suporte contínuo aos docentes da rede pública.

Este dossiê, ao reunir tais reflexões, reforça que o ensino de História é um campo de luta pela produção de sentido e pela dignidade humana. Ao articular os fundamentos da teoria da história com as demandas da escola pública e as experiências dos laboratórios da Unesp, os autores aqui presentes demonstram que a aula de História resiste à redução técnica. Ela permanece como um espaço onde a memória, a teoria e a vida prática se encontram para formar sujeitos capazes de compreender o passado, orientar-se no presente e construir coletivamente novos horizontes democráticos de futuro.